

O emprego na segunda era das máquinas

A crise económica devolveu à atualidade o velho debate sobre que papel tem a tecnologia na criação de emprego. A abordagem otimista, segundo a qual inicia uma cadeia de efeitos positivos (salários mais elevados, mais gastos, mais postos de trabalho para responder a esta procura), parece ter vigorado até finais do século passado. Agora, há quem pense que a “segunda era das máquinas” trará consequências fundamentalmente negativas, e que prejudicarão sobretudo empregos pior pagos.

No século XX, a aplicação de tecnologia a cada vez mais tipos de trabalho coincidiu com a generalização do ensino pós-obrigatório. A maior formação permitiu ao trabalhador médio dedicar-se a tarefas mais complexas, ficando as rotineiras para as máquinas. O crescimento dos serviços em detrimento da indústria é manifestação deste processo.

Mas, nas últimas décadas do século XX, a tecnologia parece ter sido um dos fatores chave na polarização do mercado laboral, em prejuízo da mesma classe trabalhadora para a qual antes tinha contribuído na sua melhoria de situação. As novas máquinas e os computadores são capazes de efetuar tarefas cada vez mais complexas, até algumas que tradicionalmente foram consideradas cognitivas e não rotineiras.

Por exemplo, a informática tornou desnecessário o trabalho de muito pessoal auxiliar em escritórios (documentação, contabilidade, secretaria). Não estão em perigo os trabalhos que exigem capacidades claramente humanas (a empatia, a persuasão, a criatividade, a liderança), bem pagos, mas para os quais habitualmente é necessário um elevado nível de formação. Aqueles que adquiriram apenas um nível básico veem-se condenados a realizar tarefas pelas quais recebem um salário baixo. Isto fez aumentar a diferença de rendimentos entre os trabalhadores possuidores de qualificação e os restantes.

Todavia, esta polarização do mercado laboral não seguiu um mesmo padrão em todos os países, já que nela não só tem influência a tecnologia, como também [outros fatores](#). Por exemplo, enquanto no Reino Unido a redução da “classe média” aconteceu em sentido ascendente (para cargos difíceis e salários mais altos) com o aumento de licenciados, nos EUA dirigiu-se no sentido descendente, porque a formação dos candidatos ao emprego quase não melhorou.

É o que explica James Bessen – professor de economia e direito na Universidade de Boston – no seu último livro: “Learning by Doing”. Na sua opinião, o aumento do emprego precário nos Estados Unidos, e a crescente desigualdade no mercado de trabalho, deve-se a uma falta de qualificação entre os que terminam os seus estudos. Lançar a culpa para as máquinas ou para os computadores seria fazer um [diagnóstico errado](#). A tecnologia, comenta Bessen, teve um efeito positivo: as caixas automáticas ou os *robots* médicos permitiram a bancos ou hospitais atribuir o pessoal que antes cumpria essas funções a novos serviços, o que acabou por gerar mais trabalho.

Por seu lado, Neil Irwin explica no “The New York Times” (21.4.2015) que a chegada das máquinas à indústria levou a uma transferência de pessoal pouco qualificado para empregos mal pagos na restauração ou em serviços de limpeza. Mas, esta mudança [explica somente uma pequena parte](#) do desaparecimento da classe média salarial: muito mais importantes são a baixa dos salários mínimos e a perda de influência dos sindicatos.

Não é simples fazer uma avaliação geral do efeito das tecnologias no emprego. Dois relatórios, um da Deloitte referente ao [Reino Unido](#) e outro de dois professores de Oxford mais centrado nos [Estados Unidos](#), coincidem em que o futuro exige pessoal melhor preparado. Mas enquanto o estudo sobre os Estados Unidos refere que a chegada das máquinas a postos de trabalho tradicionalmente desempenhados por pessoas vai trazer maior igualdade salarial, o referente ao Reino Unido defende que aumentará o fosso entre bem e mal pagos.

F. R.-B.

Acordo com Irão: desconfiança no Médio Oriente

O acordo nuclear das grandes potências com o Irão despertou maiores expectativas do que os próprios conteúdos do texto assinado em Viena. Apesar dos receios dos mais conservadores do regime islamita, o Irão pode felicitar-se pelos resultados obtidos.

Para começar, o seu principal inimigo, os EUA, que os ayatollahs qualificam de “Grande Satã”, abandonou o seu velho objetivo de mudar pela força o regime iraniano e procurou não só a coexistência com Teerão, como mesmo forjar interesses comuns no convulso Médio Oriente de hoje, sobretudo devido à ameaça desencadeada pela expansão territorial do Estado Islâmico (EI).

O problema é que na região há muitos mais atores, na sua maioria aliados de Washington e que desconfiam do regime iraniano. A tarefa da Administração Obama é tranquilizá-los e dar-lhes garantias de segurança. A cimeira de Camp David com os países da Organização de Cooperação do Golfo foi nesse sentido, embora o presidente norte-americano não tenha dado mostras de querer estabelecer com as monarquias petrolíferas do Golfo um acordo de segurança de características similares ao da NATO, mesmo que formalmente os continue a considerar aliados estratégicos. Os norte-americanos pretendem vender a ideia aos seus sócios de que o acordo contribui para a estabilidade da região. Contudo, a Arábia Saudita continua a ver no Irão o seu grande inimigo político e religioso, em momentos onde os conflitos que se desenrolam no Médio Oriente são vistos como um confronto entre os ortodoxos sunitas e os hereges xiitas.

Os sauditas sabem que o EI é seu inimigo, mas encaram com maior inquietação a influência do Irão no território que se estende desde o Mediterrâneo até ao Golfo Pérsico. O Irão xiita apoia o Hamas na Faixa de Gaza, o Hezbollah no Líbano, Baschar al-Assad na Síria, o governo de Bagdade no Iraque e os hutis no Iémen. Daí que para a Arábia Saudita seja preocupante o levantamento das sanções internacionais contra o Irão. Isto é um balão de oxigénio para a economia iraniana, que passa a beneficiar de investimentos internacionais e a colocar mais barris de petróleo no mercado, com o conseqüente acentuar da descida dos preços do crude. Segundo os sauditas, aumenta o financiamento dos grupos armados xiitas nos países anteriormente citados, com o conseqüente retrocesso dos sunitas, que um regime como o da Arábia Saudita pretende representar. Assim, o EI transforma-se em assunto secundário. Pelo contrário, e embora ninguém o confesse abertamente, é quase um fator de estabilização em face da hegemonia iraniana.

Os sauditas nunca aceitariam a formação de um “eixo xiita” do Mediterrâneo ao Golfo Pérsico. Muito menos a Turquia islamita de Erdoğan e não só por motivos religiosos. Ancara pode preocupar-se com a expansão da fé xiita, mas ainda mais que os turcos possam ser reduzidos a papel secundário na região. Para trás os tempos em que Erdoğan aplaudia as revoltas da Primavera Árabe como instrumento para expandir a sua influência islamita. Pelo contrário, o regime sírio de Assad, o seu principal inimigo, consolida-se após o acordo, embora não possa exercer a soberania sobre a totalidade do seu país.

Outra consequência do acordo é uma maior aproximação diplomática entre Israel e Arábia Saudita. Separa-os, sem dúvida, o tema palestino, mas une-os o receio do Irão. Ambos consideram que o acordo representa apenas uma

trégua que adiará durante quinze anos a obtenção pelos iranianos da arma nuclear.

Além disso, os desacordos entre Obama e o primeiro-ministro israelita Netanyahu têm sido patentes. Talvez o efeito menos desejado do acordo com o Irão foi levar a uma deterioração alarmante das relações entre Israel e EUA. Tanto assim que candidatos na corrida à Casa Branca, como a democrata Hillary Clinton e o ex-candidato republicano Jeb Bush (até certa altura, favorito no seu partido), tivessem entre os seus objetivos eleitorais recuperar a confiança entre dois aliados indispensáveis no Médio Oriente.

A. R. R.

Proibido negociar com partidos ilegítimos?

A possibilidade de uma grande coligação em Espanha, como a formada na Alemanha pela União Democrata-Cristã (CDU) e pelo Partido Social-Democrata (SPD), é atualmente um projeto inviável. Entre outras coisas, porque na política espanhola está a pegar a ideia de que ao partido rival é possível retirar tranquilamente a palavra.

Pedro Sánchez, líder do PSOE e candidato à chefia do governo nas eleições gerais de 26 de junho, dissipa expectativas: “A Espanha não é a Alemanha e Rajoy não é Merkel”. E é verdade. Os partidos espanhóis carecem da invejável capacidade de diálogo que tem permitido formar [coligações de todas as cores](#) na Europa (ver “Aceprensa”, 21.12.2015).

A recente vitória na Áustria do candidato independente e antigo porta-voz dos Verdes, Alexander Van der Bellen, dá uma pista sobre o que pode estar a faltar em Espanha. Na segunda volta das eleições presidenciais, Van der Bellen impôs-se por um triz (50,3 % dos votos) ao candidato do FPÖ, Norbert Hofer (49,7 %).

Ao longo da campanha, Van der Bellen manifestou a sua rejeição da ideologia nacionalista e anti-imigração do FPÖ. Mas tendo em conta o sucesso obtido pelo seu rival, o veterano ecologista optou por unir: “Há duas metades que fazem a Áustria, uma tão importante como a outra”, disse, consciente de que uma metade teria gostado de ver Hofer na presidência.

Van der Bellen não promete apenas governar para todos, como é habitual dizer no dia seguinte à vitória em eleições. O mais marcante da sua intervenção é reconhecer legitimidade social – não somente a formal reconhecida por lei – aos simpatizantes de um partido e de uma ideologia que lhe desagradam profundamente.

Esta abertura mínima não é dado garantido em Espanha, onde a política de vetos cruzados entre os partidos – não ao outro, à partida e por princípio – está a fazer frutificar a ideia de que o

adversário político, não já as suas ideias, carece do direito de comparecer no espaço público.

É surpreendente que, depois de se certificar da incapacidade dos partidos para negociar nos quatro meses seguintes às eleições de dezembro, Pedro Sánchez tenha prometido que o PSOE não vai estabelecer acordos com o PP seja qual for o resultado das novas eleições de junho. É verdade que a direção dos populares não facilitou o diálogo, preso à cantilena de “votaram em nós sete milhões de pessoas, logo Rajoy a presidente”. Mas o líder socialista tem vindo a repetir a sua recusa desde [finais de 2014](#).

Sánchez justifica a sua posição de portas fechadas aludindo a que ambos os partidos têm projetos ideológicos antagónicos. Mas dado que os democratas-cristãos e os sociais-democratas alemães têm igualmente ideologias rivais, seria de perguntar se existe algo mais no veto do PSOE. Que tinham em mente os socialistas quando se apresentaram às eleições municipais e autonómicas de 2015 com o lema “Governar para a maioria”? A quem pensavam deixar de fora?

Todavia, é o discurso do Podemos onde mais claramente se observa o convencimento de que existe um setor da sociedade que não merece ser tido em conta. Há pouco tempo, Pablo Iglesias [ofereceu](#) a Sánchez um acordo nas listas para o Senado, porque considera que “não é justo” que o PP tenha 60 % dos lugares da câmara alta com 25 % dos votos. Iglesias quer uma “coligação progressista” baseada na “decência” e que trabalhe para que “se cumpra a lei”... que é precisamente aquilo que dá ao PP a maioria no Senado.

Não é uma declaração isolada. Analistas internacionais de diversas correntes ideológicas concordam em que o mais característico da narrativa do Podemos é a sua tendência para negar legitimidade ao adversário. Enrique Krauze [traduz](#) assim a famosa dicotomia populista que põe em confronto a gente e a casta: “Por um lado ‘o povo’, representado pelo Podemos, representado por Iglesias; por outro o ‘não povo’, representado por todas as outras formações políticas”.

O colunista do “The Guardian”, Cas Mudde, [escreve](#) que este antagonismo garante o conflito que tanto convém aos populistas. “Como a distinção chave é entre a gente pura e a elite corrupta, qualquer acordo é visto como uma corrupção potencial da gente e, por isso, de rejeitar”.

O paternalismo moralista do Podemos ergue-se em guardião das consciências. E entende que é legitimado pelo povo, o qual deve ser preservado de qualquer contaminação ideológica, para decidir quem é suficientemente decente de modo a participar no processo político e quem não o pode fazer; com quem é correto negociar e com quem não.

J. M.

Casas de banho para menores “trans?” Para quantos?

A Administração Obama emitiu uma [diretiva](#) para todas as escolas públicas do país, na qual as exorta a permitir o acesso dos menores aos serviços sanitários do “género” com o qual estes se sintam identificados. A iniciativa não é lei, mas coloca a escola no dilema de aplicá-la forçadamente ou arriscar-se a perder fundos federais por “discriminar” em razão do sexo. Por isso, 11 estados acabam de a levar a um tribunal do Texas.

O “guia” da Casa Branca chega precisamente quando o governador da Carolina do Norte, Pat McCrory, esquiva-se como pode aos ataques que lhe lançam o próprio Bruce Springsteen e grandes empresas como o Deutsche Bank, a Starbucks, a Yahoo, etc., e até o Departamento da Justiça. A sua “falta grave”, que lhe mereceu vários boicotes ao estado, é ter assinado uma lei para que os menores, nas suas escolas, utilizem em exclusivo a casa de banho que lhes cabe de acordo com o seu sexo biológico. Não o “género sentido”, o “suposto”, o “desejado”, etc., mas... aquele que têm!

A diretiva governamental parece querer evitar, assim, que outros “McCrories” ganhem asas. O curioso, no entanto, é que a Casa Branca cozinha uma disposição e obriga as escolas a engoli-la... sem saber bem quantos serão os beneficiados. Um milhão de estudantes *trans*? Dois milhões? A verdade é que ninguém sabe. Mesmo assim, preferiram ir para o fora do comum, com uma medida obrigatória e de alcance nacional, em vez de deixar nas mãos das escolas e dos distritos solucionar de modo razoável os casos que possam ir surgindo.

Segundo o [“The New York Times”](#), não existe investigação que revele uma ideia do total de menores *trans* no país. “Os pediatras, em geral, não perguntam aos seus pacientes a sua identidade de género, e se o fazem, normalmente não reportam os dados para as estatísticas nacionais. Os Centers for Disease Control and Prevention (CDC) [...] não avançaram ainda com um método [para determinar essa questão] e não se espera que incluam a pergunta no seu inquérito de saúde adolescente, antes de 2019”.

À falta de estatísticas nacionais, o diário remete para duas sondagens locais, uma de 2015, no condado de County (Wisconsin), a qual revela que 1,5 % dos 18 494 estudantes do básico e secundário são *trans*. Outra sondagem, efetuada no ano de 2006 em Boston a 1 032 alunos desse grau de ensino, determinou que 1,6 % de estudantes tinha a mencionada condição.

Este “um-e-qualquer coisa-por- -cento” pode considerar-se um número elevado ou baixo, consoante o encararmos. É surpreendentemente elevado quando contrasta com o resultado de uma [investigação](#) do Williams Institute, de 2011, que estimava em 697 500 o número de adultos *trans*, número equivalente a 0,3 % da população nacional adulta.

A interrogação surge, então, pela diferença. Será a transexualidade um fenómeno que se “cura” espontaneamente em inúmeros casos quando o indivíduo se torna mais velho? Porque se é assim – e é o que mostram as baixas taxas de persistência de disforia de género uma vez superada a adolescência –, de pouco vale apressar-se a pôr em causa o sistema simples das casas de banho de sempre: para os rapazes, a dos rapazes; para as raparigas, a das raparigas. Ou será que, por acaso, desconcertados com o precipitado dilúvio de informação “sexo-género-bi-trans--gay-lésbica-sensível”, os rapazes não clarificam as coisas e se direcionam para categorias que lhes parecem *cool*.

A diretiva governamental tem, no assédio escolar, a desculpa perfeita: “Se o assédio, motivado por razões de sexo, cria um ambiente hostil, a escola tem de dar passos rápidos e eficazes para lhe pôr fim e evitar o seu reaparecimento”. Assim, segundo refere, uma das medidas seria permitir o já comentado, além de o estudante se integrar na equipa desportiva do “género” que lhe pareça apropriado, ou que escolha, no caso dos internados, o dormitório de que mais gostar.

Se a administração Obama aspira a ser paladino de uma não bem definida minoria, deveria poder prestar atenção a outro grupo um pouco mais amplo: o dos 22 % de estudantes com idades entre 12 e 18 anos que, sem distinção de sexo, [sofrem assédio escolar](#). Conceberá Washington casas de banho separadas para eles, onde possam ficar em segurança contra os agressores? E setores separados de armários em que estes não os tranquem? E refeitórios onde a sopa não lhes seja atirada à cara?

Não o acho. Resolvidos a salvaguardar os interesses das minorias, umas interessam mais do que outras. Mesmo que aquelas com primazia não possam avançar com números confiáveis.

L. L.

“Os 33”

“The 33”

Realizador: Patricia Riggen

Atores: Antonio Banderas, Rodrigo Santoro

Duração: 125 min.

Ano: 2015

Em agosto de 2010, dá-se um acidente numa mina de ouro no Chile, subterrando 33 mineiros. Durante vários dias não se sabe se estão mortos ou vivos. Por fim, são localizados. Inicia-se então uma arriscada operação de resgate que implica

perfurar 700 metros de rocha e abrir um túnel onde consiga passar uma pessoa. Tudo isto sem fazer colapsar as restantes estruturas subterrâneas...

Este filme baseado em factos reais e com final feliz, apresenta os vários aspetos envolvidos nesta situação. Começa por mostrar as condições laborais do “negócio” mineiro. Cada personagem vai aparecendo no seu contexto familiar e profissional. Isso é útil para se compreender depois as relações entre eles quando estão “sem saída” e de que forma vão ultrapassar as dúvidas e os conflitos. O papel de quem assume a liderança e a forma como consegue manter a esperança e motivar o grupo será decisivo.

Para quem está “à superfície”, a conjuntura também não é fácil de gerir: as angústias dos familiares; os interesses políticos; o peso dos “media” manipulando as emoções que afetam os mineiros e também os que pretendem solucionar o caso...

O filme termina como um hino à natureza humana e no que ela é capaz de fazer!

Tópicos de análise:

1. Estar lado a lado com as pessoas ajuda a identificar os problemas.
2. A persistência indica o caminho para a solução final.
3. Unir um grupo só é possível com gestos genuínos de estima pelos outros.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins

Professor da AESE

